

REVISTA DE AGRICULTURA

PUBLICAÇÃO BI-MENSAL
DE ENSINAMENTO
TEÓRICO E PRÁTICO



DIRETORES:

Prof. N. Athanassof
Prof. Octavio Damuguez
Prof. S. T. Piza Junior
† Prof. Carlos L. Mendes
Prof. Ph. W. C. Vasconcelles

VOL. 29

JULHO-AGOSTO-SETEMBRO

N. 7-8-9

POLÍGONO DAS SÊCAS E SUA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Muitos dos nossos estadistas no Império e na República ocuparam-se com a construção de vultosas obras hidráulicas na região hoje designada "Polígono das Secas" que compreende os Estados Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, com área superior a setecentos mil quilômetros quadrados, com tendências a aumentar e estender-se a outros Estados.

A Sociedade Nacional de Agricultura, fundada há 56 anos com a finalidade máxima de amparo aos interesses da classe agrícola, sempre teve incluído em seu programa de atividades o amparo à riqueza agrícola representada pelo nordeste, considerando-o como fator de relevante importância para a economia nacional. Não poderia, portanto, deixar de trazer seu concurso no momento em que se pretende por em prática medidas que promovam a indispensável recuperação econômica dessas regiões atingidas por estiagens periódicas.

Segundo o princípio estabelecido pelo II Congresso de Engenharia do qual a Sociedade participou, a recuperação deverá ser realizada "de forma a permitir plena cooperação de todas as atividades promover mais alto grau a segurança econômica do indivíduo e com a máxima garantia para sua liberdade dentro dos princípios democráticos".

A melhor demonstração de sadia preocupação da localização do denodado lavrador nordestino na própria região flagelada pelas estiagens periódicas foi a criação pelo Decreto n. 14.102, de 17 de março de 1920 da "Caixa de Obras de Irrigação das Terras Cultiváveis do Nordeste", de modo a permitir, dentro dos lineamentos das grandes obras da engenharia brasileira, o aparelhamento da região para suas finalidades econômicas. Dentre os vultos da nossa engenharia, destacam-se as figuras de Arrojado Lisbôa, Palhano de Jesus e Luiz Vieira, secundando e promovendo as realizações dos planos até hoje traçados pelos nossos governantes nas esferas federal e estadual. Devo declarar que desde 1920, quando no govêrno do grande Presidente Epitácio Pessoa fui honrado pelo seu grande Ministro da Agricultura Ildfonso Simões Lopes para organizar e dirigir o Fomento Agrícola Federal, ao qual foram confiadas pesquisas técnicas e sociais no Estado da Paraíba aos Agrônomos Antonio de Arruda Camara e Diogenes Caldas desde então fiquei identificado com os problemas agrícolas das regiões do Nordeste e nunca mais deixei de acompanhar a evolução de sua economia.

Em 1932, em situação calamitosa, como a que atravessa no momento tive contato com o Ministro da Viação de então, Dr. José Américo de Almeida, e de expôr com tôda lealdade o meu pensamento sôbre os aspectos pròpriamente econômicos da região nordestina.

Sobrevieram ocorrências naquela época que impediram ao ilustre Ministro a execução integral dos elevados objetivos práticos em prol da economia agrícola pela colonização das terras irrigáveis. Ficou assinalada a atuação do eminente Ministro José Américo criação dos *Serviços Complementares das Obras Contra as Secas*, que imprimiram sentido novo às obras de açudagem e, por rara felicidade, aparece o saudoso agrônomo José Augusto Trindade para orientar êsses serviços com dedicação e competência raras, e foi assim que em 1939, quando o Presidente Getúlio Vargas constituiu a Comissão Interministerial de que fiz parte juntamente com os ilustres engenheiros Luiz Vieira, Inspetor das Obras contra as Sêcas e Megallio Rodrigues, com a inestimável colaboração de José Augusto Trindade, essa Co-

missão pôde, com os conhecimentos que possuía e com a valiosa documentação técnica posta a sua disposição pelo engenheiro Luiz Vieira, elaborar projeto que foi entregue em 4 de Dezembro de 1940 ao Presidente Vargas, projeto que traçou o aproveitamento *sistemático das terras irrigáveis* e sua colonização com a formação de *núcleos de imigrantes*, centro dos ensinamentos mais avançados da época.

E' bem certo, e disso temos a plena convicção êsse projeto tivesse sido pôsto em execução a repetição da crise dolorosa não teria acontecido com as mesmas características de agora.

Em histórica entrevista dada ao "O Jornal", de 17 de junho, dizia o Ministro José Américo: "tinha recomendado de modo inflexível à Inspetoria de Obras Contra as Secas que exigisse como condição impreterível para a construção de açude público a "existência de boas terras irrigáveis.

Assinalo haver a Comissão Nacional de Política Agrária submetido ao Sr. Presidente da República um projeto de "Irrigação do Polígono das Secas" no qual preconiza em seus lineamentos, a formação de núcleos de colonização o que significa a fixação do denodado lavrador nordestino e a recuperação econômica da vasta extensão territorial que é da mais alta importância para a economia nacional, como o reconhece a Carta Magna em seu Art. 198. Com a auspiciosa criação do Banco do Nordeste do Brasil e a feliz coincidência de se encontrarem à testa dos Ministérios da Agricultura e Viação dois ilustres homens públicos, perfeitos conhecedores dos problemas econômicos e sociais da região abrangida pelo Polígono das Secas, constituindo, portanto, acontecimento dos mais auspiciosos para a Nação Brasileira.

"Não é questão de chover ou não chover, mas de falta de produção", no dizer do eminente Ministro José Américo.

Portanto, o problema do Polígono das Secas é um problema de recuperação econômica e de colonização com a fixação do homem à terra, dando-se-lhe a necessária assistência técnica, econômica e financeira.

E' acima de tudo o problema da terra e do homem.